
Os Recursos em Informação Económico-Social Alguns Contributos

MARIA JOSÉ OLIVEIRA CRUZ

Departamento Central de Planeamento

O PAPEL da informação na economia e na sociedade podem ter abordagens diversas. A selecção, aquisição, uso, produção, qualidade, transferência e armazenamento da informação levantam problemas, que são diferentes conforme o seu conteúdo.

Este artigo é baseado, essencialmente no último trabalho publicado pela INCITE¹ e que resulta do lançamento de um inquérito que veio a fornecer dados não só sobre a área de actuação dos serviços de informação recenseados, como também sobre os seus produtos, nomeadamente bases de dados.

Não se trata de uma informação completa, dado que abordaremos uma selecção de produtos no domínio económico-social, feito sobre a amostra dos serviços que responderam ao citado inquérito, que não é

exaustiva. Tentaremos completar a informação fornecida com o conhecimento empírico que temos de algumas instituições que actuam nesta área.

As fontes de informação disponíveis não se podem reduzir às bases de dados nacionais. Cada vez mais os especialistas, as instituições académicas, a administração pública, os serviços de consultoria e todos os agentes económicos formam um conjunto interdisciplinar e complementar de produção e utilização da informação.

As bases de dados documentais caracterizadas neste texto são um contributo para o conhecimento do desenvolvimento económico-social português. Nelas está organizado e facilmente acessível um conjunto de informação bibliográfica disponível em suporte papel.

Para uma análise mais profunda dos recursos de informação económico-social disponíveis em Portugal, ter-se-ia de reportar ainda a informação factual acessível, que se reveste de uma importância fundamental. A mero título de exemplo, citamos o lançamento do CD-ROM com dados de comércio externo, produzido pelo INE e denominado TRÓIA; o CD-ROM produzido pelo ICEP (conjuntamente com outros organismos congéneres europeus) dando informação sobre todas as empresas exportadoras portuguesas; a informação empresarial disponível em VIDEOTEX, entre outras.

Dada a sua actualidade e interesse deixamos aqui um repto para o aparecimento de um guia completo sobre as fontes de informação portuguesa no domínio económico-social.

As Bases de Dados no Domínio Económico-Social

Foram analisadas as respostas ao inquérito lançado pela INCITE, tendo-se apurado 52 bases de dados no domínio económico-social, que se organizaram em 13 categorias:

- Administração Pública
- Agricultura/silvicultura/Pescas
- Ambiente
- Desenvolvimento económico
- Educação
- Emprego/Formação Profissional

- Turismo
- Finanças Públicas
- Indústria e Energia
- Informação Parlamentar
- Seguros
- Segurança Social
- Transportes

No gráfico 1 pode-se analisar a sua distribuição por domínios. Verifica-se que cerca de 50% contem informação no domínio do desenvolvimento económico. Estas bases respondem a várias áreas económicas; são como que multidisciplinares. Outra área bem coberta é a agricultura, não só no número de bases disponíveis, como também pela sua dimensão. Teremos de realçar a AGRIS, contendo 1 920 000 dados, com acesso público.

As fontes de informação disponíveis não se podem reduzir às bases de dados nacionais. Cada vez mais os especialistas, as instituições académicas, a administração pública, os serviços de consultoria e todos os agentes económicos formam um conjunto interdisciplinar e complementar de produção e utilização da informação.

Das 52 bases de dados reportorizadas, verifica-se que só 15 são acessíveis pela rede TELEPAC e que a maior parte da informação disponível tem acesso restrito. Exceptuando-se 3

BASES DE DADOS POR SECTORES

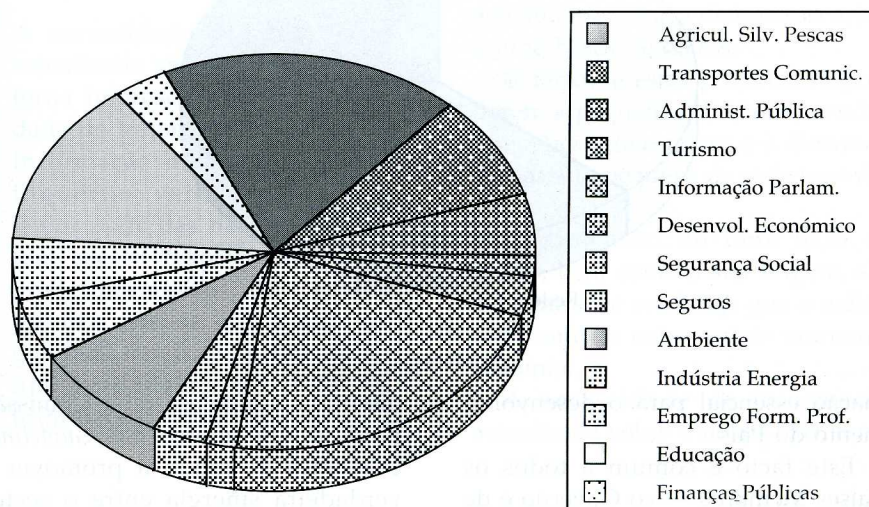


Gráfico 1

bases de dados, todas as outras são produzidas pelo sector público. No gráfico 2 identificam-se as condições e modos de acesso destas bases — acesso restrito, acesso público, rede privada e TELEPAC.

É interessante salientar que numa das ultimos *workshops* organizados pela DGXIII (PUBLAW 2 Workshop 4 March 1993 — Synergy between

public and private sectors) foi discutido o importante papel e responsabilidade que o sector público tem como produtor de informação especializada.

Daqui se infere o papel decisivo que o sector público, nomeadamente a Administração Pública portuguesa tem na selecção, armazenamento, tratamento e disponibilização da infor-

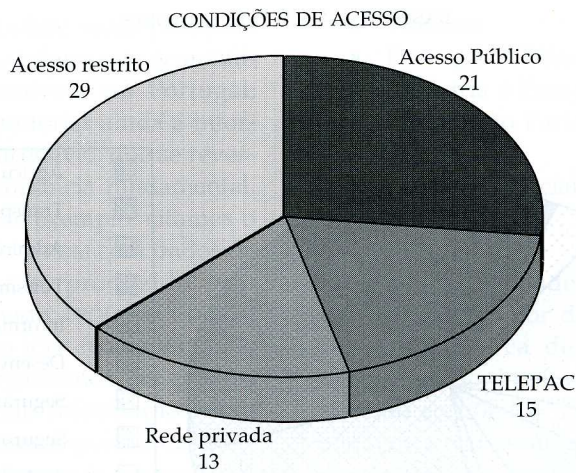


Gráfico 2

mação essencial para o desenvolvimento do País.

Este facto é comum a todos os Países Membros — «o Governo é de longe o maior fornecedor nacional de informação» (PUBLAW 2). Da parte do sector privado há o reconhecimento «do valor comercial potencial de muita informação publica».

Para uma análise mais profunda dos recursos de informação económico-social disponíveis em Portugal, ter-se-ia de reportar ainda a informação factual acessível, que se reveste de uma importância fundamental.

No entanto é necessário criar um enquadramento legal, que acautele certos aspectos inerentes a grande parte da informação de carácter público. Neste mesmo seminário foi

discutida a hipótese de a Comissão publicar um reforço das *Guidelines* existentes de modo a promover a verdadeira sinergia entre o sector público e privado. Foi mesmo proposto que se «estabelecesse a obrigação dos organismos publicos publicarem inventários dos seus recursos de informação».

Pela informação recolhida pela INCITE verifica-se que continua a existir uma falta de coordenação e diálogo ao nível da gestão dos recursos públicos existentes.

Embora se verifique uma maior facilidade no aproveitamento das novas tecnologias, não se caminha para a existência de bases de dados nacionais respondendo às necessidades de informação dos sectores mais estratégicos (saúde, energia, transportes, indústrias), mas sim bases de dados que nasceram de necessidades internas das organizações e cujo con-

teúdo se caracteriza pela multidisciplinaridade no domínio económico-social.

A necessidade de informação actualizada sobre o nosso País, torna imprescindível a necessidade de tornar mais acessível a informação disponível. Neste inquérito verifica-se que a maior parte das bases de dados tem acesso restrito. Com este posicionamento do sector público não se criam hábitos que facilitem o aparecimento de um verdadeiro mercado da informação.

Não existem projectos de cooperação que poderiam disponibilizar maior quantidade de informação, aproximando-se da exaustividade e actualidade, características essenciais a uma bases de dados.

O facto de estes projectos responderem a pequenas clientelas, conduz à repetição de esforços e à dimensão demasiado pequena de cada uma das bases.

A dimensão de uma base de dados, bem como a sua origem, são elementos de confiança que a individualizam de entre outras nomesmo domínio.

A necessidade de informação actualizada sobre o nosso País, torna

DIMENSÃO DAS BASES DE DADOS

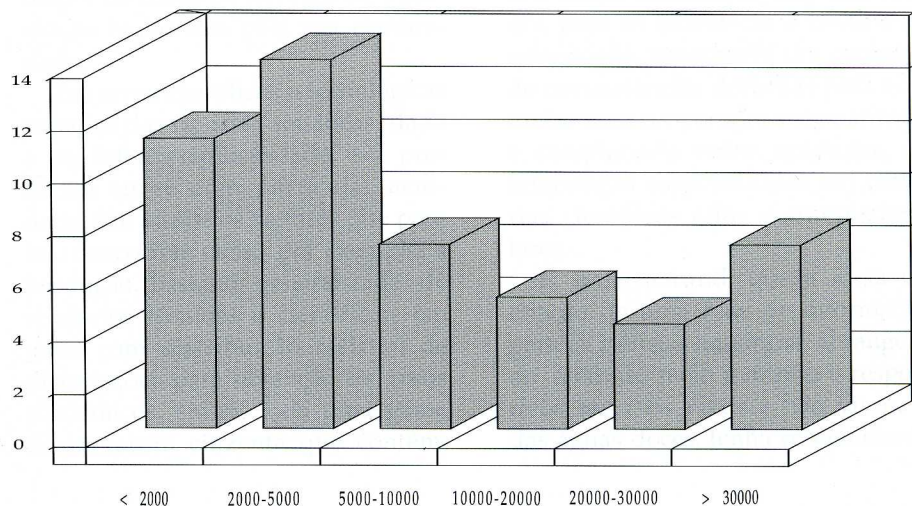


Gráfico 3

imprescindível a necessidade de tornar mais acessível a informação disponível. Neste inquérito verifica-se que a maior parte das bases de dados tem acesso restrito. Com este posicionamento do sector público não se criam hábitos que facilitem o aparecimento de um verdadeiro mercado da informação.

Torna-se, portanto, necessário analisar os recursos em informação disponíveis e estudar o mercado existente e futuro. Pensamos ser de ter em conta, no domínio da informação económico-social o papel decisivo de algumas experiências muito válidas. É exemplo disso o desenvolvimento da utilização de novas

técnicas de acesso à informação, levadas a cabo por algumas escolas do ensino superior.

Só com a formação de utilizadores se criam hábitos de consulta, que desenvolverão no futuro um mercado de informação.

Julgamos, assim, prever um mercado mais exigente, mais interessado e mais adequado à utilização das bases de dados nacionais, que se desejam especializadas e sempre actualizadas.

Nota

¹INCITE — *Guia de Bases de dados Nacionais*. Lisboa, INCITE, 1993, 80 p.